

## **Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil<sup>1</sup>**

Silvana Stremel  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil  
silvanastremel@gmail.com

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar o percurso metodológico e as fontes de estudo para análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Baseia-se nas contribuições de Pierre Bourdieu sobre a formação e o funcionamento dos campos, bem como sobre as questões metodológicas para a análise de um determinado objeto de estudo. Tendo em vista as contribuições desse autor, apresentamos um conjunto de aspectos que contribuiu para a estruturação do campo acadêmico da política educacional e que se constitui como fonte para o estudo da história desse campo no contexto brasileiro. Com base na fundamentação teórica e no levantamento das fontes, verificou-se que se trata de um campo institucionalizado e que vem adquirindo legitimidade com a criação de disciplinas, periódicos, grupos e linhas de pesquisa, redes de pesquisa, eventos científicos, grupos de trabalho em entidades científicas e eventos específicos, entre outros.

**Palavras-chave:** Política educacional. Campo acadêmico. Pierre Bourdieu.

### **Theoretical and methodological aspects to analyze the constitution of the education policy academic field in Brazil**

**Abstract:** This paper aims at presenting the methodological trajectory and the study sources for the analysis of the formation of an education policy academic field in Brazil. It is based on Bourdieu's contributions regarding the fields' formation and functioning, as well as methodological issues for the analysis of a certain object of study. In relation to that author's contributions, a set of aspects that contributed to the structure of the education policy academic field is presented as it is used as a source for the study of this field background in the Brazilian context. Based on the theoretical background and the survey of sources, this field was seen as an institutionalized area that has been acquiring legitimacy with the creation of subjects, journals, groups of study and research lines, research nets, conferences, groups of work in scientific entities and specific conferences, among others.

**Keywords:** Education policy. Academic field. Pierre Bourdieu.

### **Aspectos teóricos y metodológicos para el análisis de la constitución del campo académico de la política educativa en Brasil**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar el recorrido metodológico y las fuentes del estudio para el análisis de la constitución del campo académico de la política educativa en Brasil. Se basa en las aportaciones de Pierre Bourdieu sobre la formación y el funcionamiento de los campos, y de cuestiones metodológicas para el análisis de un objeto particular de estudio. Desde las aportaciones de este autor, se presentan una serie de características que contribuyen a la estructuración del campo académico de la política de educación, lo que lo constituye como fuente para el estudio de la historia de este campo en el

<sup>1</sup> Apoio: Capes e Fundação Araucária.

contexto brasileiro. De acuerdo con el fundamento teórico y el estudio de las fuentes, se ha percibido que se trata de un campo institucional que ha ido adquiriendo legitimidad con la creación de disciplinas, revistas, grupos y líneas de investigación, redes de investigación, eventos científicos, grupos de trabajo en entidades científicas y eventos específicos, entre otros.

**Palabras clave:** Política educativa. Campo académico. Pierre Bourdieu.

## Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa que teve como foco principal a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil (STREMEL, 2016)<sup>2</sup>. A referida pesquisa fundamentou-se nas contribuições de Pierre Bourdieu e caracteriza-se por ser uma pesquisa bastante ampla sobre o campo da política educacional no Brasil.

A teoria dos campos de Bourdieu oferece elementos teóricos profícuos sobre a formação e o funcionamento dos campos, bem como elementos metodológicos fundamentais para orientar a análise de um determinado objeto de estudo. Com base nas contribuições teórico-metodológicas do referido autor, apresentamos um conjunto de aspectos que contribuiu para a estruturação do campo acadêmico da política educacional e que se constitui como fonte para o estudo do campo no Brasil.

O texto está estruturado em duas seções. Na primeira apresentamos as contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu para a análise dos campos acadêmicos. Na segunda seção, abordamos sobre o percurso metodológico e as fontes de estudo para a compreensão da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.

## Contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu para a análise dos campos acadêmicos

A teoria de Bourdieu tem sido utilizada como fundamentação teórico-metodológica por muitos pesquisadores na área da educação. Dentre estes, alguns têm se dedicado a compreender especificamente aspectos relacionados à política educacional. No Quadro 1 a seguir, apresentamos alguns autores que têm interpretado a política educacional com base nos conceitos bourdieusianos. A partir dele, verificamos que a noção de campo aparece como um conceito bastante produtivo nas pesquisas de política educacional.

---

<sup>2</sup> Este artigo baseia-se na tese de Doutorado (STREMEL, 2016), bem como nas formulações presentes no texto “Fontes para o estudo da constituição do campo da Política Educacional no Brasil” (STREMEL, 2012) e “A constituição do campo da política educacional: notas sobre a periodização” (STREMEL; MAINARDES, 2013).

Quadro 1 - Autores que empregam as ideias de Bourdieu na análise de política educacional e os conceitos centrais utilizados

<b>Autores</b>	<b>Conceitos centrais utilizados</b>
Ladwig (1994)	Campo social, <i>habitus</i> , capital
Lingard e Rawolle (2004)	Campo, lógicas da prática, <i>habitus</i>
Lingard, Rawolle e Taylor (2005)	Campo social
Maton (2005)	Campo, autonomia
Thomson (2005)	Campo
Marginson (2008)	Campo de poder, agência, posição, tomadas de posição
Rawolle e Lingard (2008)	Campo social, prática, <i>habitus</i> , capital
Santos (2008, 2009, 2014)	Campo
Martins e Lotta (2010)	Capital social
Heimans (2012)	Prática, <i>habitus</i> , capital, campo
Mangez e Hilgers (2012)	Campo
Tello (2012)	Vigilância epistemológica, reflexividade
Gerrard e Farrell (2013)	Campo
Catani e Azevedo (2013)	Comparabilidade dos sistemas de ensino
Ladwig (2014)	Campo social
Bathmaker (2015)	Campo
Lingard, Sellar e Baroutsis (2015)	<i>Habitus</i>
Rawolle e Lingard (2015)	Campo, prática
Tello e Mainardes (2015)	Vigilância epistemológica, reflexividade
Cunha (2016)	Campo
Sossai (2016)	Campo

Fonte: Organizado pela autora.

Além dessas publicações, há o trabalho de van Zanten (2005) que, ao considerar Bourdieu como um analista e especialista de política, aborda sobre as suas contribuições para o estudo da política educacional. Embora Bourdieu não tenha escrito explicitamente sobre política educacional, van Zanten (2005) e outros autores, como aqueles citados no quadro anterior, argumentam que os conceitos teóricos e as abordagens metodológicas de Bourdieu têm um significativo potencial para a investigação em política educacional. Rawolle e Lingard (2015, p. 16, tradução nossa), por exemplo, destacam que “[...] os conceitos e teorias de Bourdieu são adaptáveis como base metodológica para pesquisas sobre política educacional e útil para descrever e compreender as conexões entre o campo da política educacional e outros campos e subcampos da educação [...]”. Segundo os autores, os conceitos e as teorias de Bourdieu podem ser estendidos e aplicados a novos objetos de pesquisa, mas com a cautela de que refinamentos e teorizações adicionais podem ser necessários para análises coerentes em cada campo ou subcampo.

Consideramos que a noção de campo de Bourdieu contribui para a investigação sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. De acordo com Rawolle e Lingard (2015, p. 19), na obra de Bourdieu “campos” substitui “instituições” e o mundo social é visto como constituído de vários campos sociais. Assim, conforme os autores, ao invés de política, Bourdieualaria em campo da política, ao invés de meios de comunicação, campo jornalístico, ao invés de burocracia ou Estado, campo da burocracia estatal e assim por diante. Desse modo, Bourdieu postula a existência de muitos campos possíveis, historicamente constituídos, “com suas instituições específicas e suas leis próprias de funcionamento.” (BOURDIEU, 2004b, p. 126).

O que Bourdieu chama de campo social “[...] é uma ordenação de diferentes aspectos da vida social que fornece uma estrutura e história para os agentes que investem em práticas

específicas.” (RAWOLLE; LINGARD, 2008, p. 732, tradução nossa). As práticas específicas se dão dentro de uma rede de estruturas e relações (campo) e são moldadas por um conjunto de disposições (*habitus*). Na sua teoria, o conceito de campo, juntamente com o de *habitus*, é central para a compreensão da prática social. Rawolle e Lingard (2008, p. 730) referem-se aos conceitos de prática, campo e *habitus*, como “triáde conceitual de Bourdieu”, entendendo que são “ferramentas de pensamento” elementares da obra de Bourdieu.

Em termos analíticos, Bourdieu define um campo como:

[...] uma rede, ou configuração, de relações objetivas entre posições. Estas posições são objetivamente definidas, na sua existência e na determinação que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial (*situs*) na estrutura da distribuição de espécies de poder (ou capital) cuja posse comanda o acesso aos elementos específicos que estão em jogo no campo, bem como por sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação homologia, etc.). (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 97, grifo do autor, tradução nossa).

Assim, a noção de campo representa um espaço de relações entre seus ocupantes, agentes ou instituições que têm em comum diversos interesses fundamentais ligados à própria existência do campo. Seus agentes ocupam diferentes posições e, portanto, a estrutura do campo é caracterizada por relações de força e disputas de poder (BOURDIEU, 2003). O funcionamento de um campo pressupõe disputas internas, interesses específicos, paradas em jogo, pessoas prontas a jogar esse jogo e dotadas de *habitus* (BOURDIEU, 2003). De maneira geral, o *habitus* é um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem, que incluem esquemas de percepção, pensamento e ação, formados no decorrer das experiências de vida, na interação social (BOURDIEU, 2003, 2004b).

O campo é onde o *habitus* dos agentes é expresso na prática e compartilhado coletivamente por outros. Segundo Rawolle e Lingard (2015, p. 23, tradução nossa), Bourdieu utiliza-se de divisões de *habitus*, como: *habitus* científico, *habitus* jornalístico, etc., para se referir a “[...] conjuntos específicos de disposições que são desenvolvidos e relacionados com a prática dentro de um campo social específico.” Desse modo, os autores entendem que é possível também falar de um “*habitus* de política” (*policy habitus*). Assim, um campo é caracterizado por ter um *habitus* próprio incorporado por seus agentes e que lhe possibilita atuar nesse campo.

Uma das questões que surgem na análise dos campos é o grau de autonomia (parcial) que eles possuem, pois nos diferentes campos ela pode ser mais ou menos acentuada, dependendo dos mecanismos que o “microcosmo” dispõe para se desprender das imposições do mundo social. A noção de campo designa um “microcosmo” dotado de leis próprias e específicas, que dispõe de uma autonomia relativa (parcial) em relação às imposições do “macrocosmo”. O grau de autonomia dos campos dá-se na medida em que essas leis próprias são mais ou menos influenciadas pelo “macrocosmo” (BOURDIEU, 2004a). Para compreender a relativa autonomia dos campos, ou seja, o nível de interferência de demandas externas e as dinâmicas de inter-relações entre os campos, um conceito chave é o de “campo do poder” (MANGEZ; HILGERS, 2012). O “campo do poder” é um campo de tipo diferente de qualquer outro campo específico, “é uma espécie de ‘metacampo’ que regula as lutas pelo poder em todos os campos” (VANDENBERGHE, 1999 apud MANGEZ; HILGERS, 2012, p. 191, tradução nossa). Está situado no polo dominante da estrutura social (BOURDIEU, 1983 apud MANGEZ; HILGERS, 2012) no espaço ocupado pela classe dominante com os seus diferentes tipos de elite.

Compreendemos, a partir da noção de campo de Pierre Bourdieu, que um campo precisa de agentes, instituições, ideias e interesses específicos que lhe dê sustentação e legitimação. Na

análise da constituição de um campo acadêmico, torna-se relevante reconhecer esses diversos elementos que contribuem para a sua estruturação. Ao empregar as ideias de Bourdieu, Gómez Campo e Tenti Fanfani (1989) entendem que a estruturação dos campos é constituída por associações profissionais mediante as suas revistas, periódicos, reuniões técnicas e científicas, etc. Para eles, os campos alcançam um alto grau de autonomia na medida em que adquirem uma estruturação crescente. Com base em Gómez Campo e Tenti Fanfani (1989), Suasnábar e Palamidessi (2007) entendem que a criação de uma cátedra universitária ou de um departamento no âmbito estatal constituem momentos na institucionalização de um campo. Os autores definem como institucionalização “[...] os processos pelos quais certas práticas se recortam como específicas, se regularizam, sancionam e constroem sua autonomia e legitimidade.” (SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007, p. 41, tradução nossa). Ainda conforme esses autores, o grau de diferenciação e de especialização de saberes, de agentes, de instituições, de funções ou de divisões institucionais que expressa os momentos do campo pode ser analisado como “processos de institucionalização”.

Em sua obra, Bourdieu aborda sobre diferentes campos: político, religioso, intelectual, artístico, científico, entre outros<sup>3</sup>. Nesse artigo, levando em conta autores que se fundamentam em Pierre Bourdieu, abordamos a política educacional como um campo acadêmico (HEY, 2008; Santos, 2009).

Segundo Hey (2008, p. 15), “campo acadêmico é o lócus de relações, tendo como protagonistas agentes que têm por delegação produzir conhecimento acadêmico, isto é, um tipo de prática social legitimada e reconhecida como tal.” Para a mesma autora, o campo acadêmico “refere-se ao uso de um aparato institucional, até o presente assegurado pelo Estado brasileiro, que garante a produção e circulação dos produtos acadêmicos” (HEY, 2008, p. 15). No Brasil, conforme Hey (2008), tal aparato abrange tanto as universidades como as agências financiadoras (Capes e CNPq), com o apoio das quais é possível criar associações de pós-graduação e pesquisa, produzir periódicos científicos e eventos no país, criar centros e grupos de pesquisa e realizar acordos institucionais para intercâmbios científicos com centros internacionais.

De acordo com Santos (2009), o campo acadêmico pode ser tomado como um subcampo do campo científico. Para ela, os estudos sobre política educacional constituem um campo acadêmico. A autora entende que a produção do conhecimento em política educacional pode ser considerada um campo acadêmico de pesquisa ou subcampo do campo da pesquisa educacional.

Assim, entendemos que a política educacional é um campo<sup>4</sup> e no âmbito dessa discussão a tratamos como campo acadêmico, que vem se constituindo por meio da criação de espaços institucionais em universidades e centros de pesquisa, como, por exemplo, disciplinas, linhas e grupos de pesquisa, bem como da criação de associações científicas, periódicos especializados, eventos científicos, redes de pesquisa, etc.

---

<sup>3</sup> Publicações traduzidas para a língua portuguesa, nas quais o autor aborda sobre campos específicos: campo religioso (BOURDIEU, 2004c), campo intelectual (BOURDIEU, 2002, 2004b, 2004c), campo econômico (BOURDIEU, 2005), campo científico (BOURDIEU, 2004a; ORTIZ, 1983), campo burocrático (BOURDIEU, 1996), campo político (BOURDIEU, 2011a), campo universitário (BOURDIEU, 2011b).

<sup>4</sup> Sobre o uso do conceito de campo, é interessante mencionar o texto e Sossai (2016), o qual faz uma análise do termo e as maneiras pelas quais ele vem sendo empregado em estudos de políticas educacionais. Um levantamento sobre os diferentes usos da noção de campo em política educacional pode ser encontrado em Stremel (2016).

## **O estudo da constituição do campo da política educacional no Brasil: um percurso metodológico**

Com base nas contribuições teóricas da noção de campo, a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional envolve considerar como fonte aquilo que estrutura os campos, que são as instituições, os agentes, bem como o que se gera no interior dos campos, que são as produções dos agentes, as suas publicações.

Na análise da constituição de um campo particular, de um espaço relativamente autônomo, sua essência só pode ser apreendida pela análise histórica (BOURDIEU, 1989). Assim, as fontes constituem-se como ponto de partida, de apoio para essa análise. Saviani (2004) explica que a palavra fonte tem dois sentidos: por um lado significa ponto de origem e por outro, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características buscam-se compreender. Segundo o autor, em história, as fontes são sempre produções humanas. Enquanto registros, é das fontes que surge e é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

Tendo em vista as contribuições teóricas elencadas, na definição das fontes é possível considerar três momentos:

1) A noção de campo designa um microcosmo dotado de leis próprias e específicas, que dispõe de uma autonomia relativa em relação às imposições do macrocosmo. (BOURDIEU, 2004a). Assim, para o estudo da constituição do campo da política educacional no Brasil, é importante, em um primeiro momento, considerar o seu “macrocosmo”, ou seja, adotar como fonte as publicações sobre pesquisa educacional no Brasil.

2) O campo é estruturado por instituições e agentes (BOURDIEU, 2004a). Desse modo, um outro momento caracteriza-se por mapear a sua estrutura, identificando os seus membros e espaços institucionais que o legitimam: associações científicas, periódicos, departamentos, disciplinas, reuniões e eventos científicos, redes de pesquisa, grupos de pesquisa, grupos de trabalho, bem como os próprios pesquisadores que ocupam o campo.

3) Mangez e Hilgers (2012), ao abordarem sobre a noção de campo de Bourdieu, explicam que, em todos os campos, os agentes estão envolvidos em uma luta para a definição das estruturas simbólicas legítimas do campo que são as formas de fazer, de pensar, os princípios de hierarquização, etc. Os princípios que ordenam o campo e as suas regras específicas resultam da atividade do campo e da teia de relações entre os seus diferentes agentes (MANGEZ; HILGERS, 2012). É fundamental, assim, considerar a posição que as instituições e os agentes ocupam na estrutura do campo, bem como examinar aquilo que resulta da atividade do campo, ou seja, as produções desenvolvidas por suas instituições e agentes. Portanto, constituem-se em fontes para análise do campo as publicações, tais como: documentos, textos, livros, artigos em periódicos, entre outras.

No processo de pesquisa, a noção de campo de Bourdieu aponta um dos aspectos fundamentais das contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu, de que o objeto de estudo não está isolado de um conjunto de relações do qual retira o essencial das suas propriedades, isto é, de que é preciso “pensar relacionalmente” (BOURDIEU, 1989, p. 27-28). Assim, o conceito de campo de Bourdieu torna-se fundamental para orientar a construção da análise da constituição do campo acadêmico da política educacional. Conforme o próprio autor:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há

que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades. (BOURDIEU, 1989, p. 27).

Desse modo, na análise da constituição do campo, das fontes de pesquisa, faz-se necessário o estabelecimento das relações que abrangem o objeto de estudo, considerando o contexto histórico-político, o campo educacional, o contexto internacional, etc.

Na pesquisa sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional, em um primeiro momento, torna-se significativo considerar as publicações sobre o desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil. De forma mais sistemática, a pesquisa em educação no Brasil começou a ser realizada a partir da criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no final dos anos 1930. Assim, as publicações no âmbito dessa instância são fontes relevantes para a identificação da emergência dos estudos sobre política educacional no Brasil. Dentre essas publicações destacamos: a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), um dos periódicos pioneiros da área da educação; e a Bibliografia Pedagógica Brasileira, publicada pela RBEP, que reúne obras e textos referentes à educação publicados desde a década de 1810 até a década de 1940 (INEP, 1944a, 1944b, 1944c, 1944d, 1944e, 1945).

Conforme Vidal e Camargo (1992), a RBEP, em seus primeiros anos, foi veículo de divulgação do que era produzido pelo INEP, bem como das ideias dos seus diretores<sup>5</sup> e seu grupo de ligação, que influenciaram a organização do campo educacional. A análise dos temas dos artigos, segundo o momento histórico em que foram produzidos, pode apresentar evidências de como as discussões do campo foram sendo constituídas, temas predominantes e os posicionamentos frente a estes.

Como forma de identificar a emergência dos estudos sobre política educacional no Brasil, um elemento interessante refere-se ao emprego do termo “política educacional” ou “políticas educacionais”. Com base nas contribuições da noção de campo de Bourdieu, compreendemos que identificar o uso do termo é relevante, pois a sua utilização é uma forma de caracterizar os conhecimentos produzidos pelos agentes do campo. Desse modo, a localização dos primeiros estudos relacionados à política educacional e a identificação do período em que o termo começou a ser usado no Brasil proporciona evidências para a análise da constituição do campo. Esse mapeamento das publicações envolve considerar os livros, os artigos de periódicos de representatividade da área da educação, documentos oficiais e outras publicações da área.

A institucionalização do campo acadêmico pode ser analisada a partir da criação de: associações científicas, grupos de trabalho, grupos e linhas de pesquisa na Pós-Graduação, periódicos, disciplina, redes de pesquisa e eventos científicos específicos de política educacional. Em relação ao campo acadêmico da política educacional, a criação da ANPAE<sup>6</sup>, em 1961, pode ser considerada um momento de institucionalização do campo. Um outro momento, refere-se à criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1976, e dos seus grupos de trabalho (GTs). Um deles, foi o GT 5 - Estado e Política Educacional, que

<sup>5</sup> Nessa época, assumiram a direção do INEP: Lourenço Filho (1937) e Anísio Teixeira (1952).

<sup>6</sup> No decorrer de sua trajetória, a ANPAE teve cinco denominações. Inicialmente foi criada com o nome Associação Nacional de Professores de Administração Escolar. Em 1971, a associação amplia o seu quadro associativo, alterando o seu nome para Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar. Em 1976, passou a nominar-se Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional. Em 1980, modificou para Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação e, finalmente, em 1996, amplia o seu foco com a denominação Associação Nacional de Política e Administração da Educação. (SANDER, 2011).

foi criado em 1986, durante a 9ª Reunião Anual, e iniciou suas atividades junto aos 13 GTs da ANPEd em 1987, a partir da 10ª Reunião Anual. Portanto, as publicações e pesquisas realizadas no âmbito da ANPAE e no âmbito da ANPEd são fontes a serem exploradas, assim como o papel de outras associações científicas, como: a Associação Nacional de Educação (ANDE), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), entre outras.

O fortalecimento da pesquisa em educação no Brasil ocorre com a implantação da pós-graduação na década de 1960 e a criação do primeiro Mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1966. A partir da década de 1990, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) propôs mudanças para a organização dos Programas de Pós-Graduação, os quais passaram a organizar-se em linhas de pesquisa (SANTOS; AZEVEDO, 2009). Essa organização em linhas demandou a definição de grupos de pesquisa com vistas a integrar os pesquisadores segundo as afinidades das suas especialidades. Desse modo, uma variedade de linhas e grupos de pesquisa sobre as mais diversas temáticas da área da educação começou a ser definida, inclusive relacionada à política educacional. A análise dos dados sobre as linhas de pesquisa de política educacional em Programas de Pós-Graduação e de grupos de pesquisa, bem como as produções realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação constituem outro conjunto de fontes.

A criação dos espaços institucionais é um dado fundamental para compreender a constituição de um campo acadêmico. Além das associações científicas, das linhas e grupos de pesquisa, outros elementos fazem parte da estrutura do campo e dos “processos de institucionalização” (SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007), tais como: a disciplina, os periódicos especializados, os eventos e redes de pesquisa específicos. Assim, como fontes de análise podem ser citadas:

a) os dados curriculares e os programas das disciplinas de política educacional<sup>7</sup>;

b) as publicações dos periódicos especializados em política educacional: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (ANPAE), Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (CESGRANRIO), Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional (UNESP), Jornal de Políticas Educacionais (UFPR), Políticas Educativas (Associação de Universidades Grupo Montevideo), FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), Educação e Políticas em Debate (UFU), Laplage em Revista (Laboratório de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação – UFSCar), Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe), etc.;

c) publicações e documentos de eventos científicos específicos e de grupos de trabalho de política educacional em associações e eventos científicos;

d) as publicações e documentos de entidades e redes de pesquisa de política educacional<sup>8</sup>: *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), Rede Latino-Americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (Rede ESTRADO), Rede Ibero-Americana de Investigação em Políticas de Educação (RIAIPE), Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA), etc.

---

<sup>7</sup> Sobre a disciplina de Política Educacional há os trabalhos de Flach e Masson (2014); Stremel e Mainardes (2015); Mainardes, Stremel, Rosa (2017).

<sup>8</sup> Algumas publicações que abordam sobre a produção do conhecimento em política educacional: Azevedo e Aguiar (2001); Wittmann e Gracindo (2001); Gonçalves (2005); Sander (2007); Weber (2012); Bello, Jacomini e Minhoto (2014); Santos e Azevedo (2014); Souza (2014); Mainardes (2015, 2016a, 2016b), entre outras.

Essas fontes possibilitam a análise de diversos aspectos: a histórica; as questões de conteúdo, teóricas, epistemológicas, metodológicas; os agentes e sujeitos do campo (professores, pesquisadores, autores); entre outros.

Na pesquisa realizada sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil, com base no mapeamento e análise das fontes mencionadas e das contribuições teórico-metodológicas destacadas, foi possível reunir evidências para uma periodização do campo. A tentativa de elaborar uma periodização é sempre um desafio, pois demanda um conjunto substancial de materiais e fontes. Além disso, é preciso levar em conta que, como produto de uma história, a constituição do campo acadêmico da política educacional precisa ser compreendida a partir das “condições históricas e sociais de sua integração” (BOURDIEU, 2002, p. 17, tradução nossa). Nessa perspectiva, a análise da constituição de um campo demanda considerar a “totalidade concreta das relações que integram o campo intelectual como sistema” (BOURDIEU, 2002, p. 17, tradução nossa). Sendo assim, é preciso considerar os movimentos mais amplos no contexto sociopolítico, o Estado e os próprios sujeitos que ocupam o campo.

Um ponto importante a ser considerado é que não existe uma divisão temporal absoluta, mas uma periodização que pode ser considerada mais adequada, a partir das fontes e dos instrumentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Conforme sugere a própria noção de campo de Bourdieu, as categorias não devem ser tomadas como dadas, elas devem emergir do processo de construção do objeto (BOURDIEU, 1989). Assim, as demarcações temporais elaboradas na análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil representam uma interpretação a partir das fontes definidas para a pesquisa.

A análise que realizamos demonstrou que a institucionalização do campo acadêmico da política educacional teve como marco a década de 1960, com base em três fatores: a) a criação da ANPAE (1961), tendo em vista a relação da política educacional com a administração da educação; b) o uso mais frequente do termo política(s) educacional(is) nos títulos de teses, dissertações, artigos e livros; e c) a implantação da Pós-Graduação (1965) e do primeiro Mestrado em Educação (PUC-Rio, 1966). Apesar disso, de maneira mais explícita, foi possível demarcar a institucionalização do campo acadêmico da política educacional na década de 1980 com a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional (1986/1987) no âmbito da ANPEd. A partir da década de 1990, diversas evidências demonstraram a expansão do campo acadêmico da política educacional: aumento das publicações sobre política educacional, criação de disciplinas de política educacional na Graduação, criação de linhas e grupos de pesquisa de política educacional na Pós-Graduação, criação de periódicos científicos e de redes de pesquisa de política educacional e realização de eventos científicos específicos de política educacional.

## Considerações finais

Segundo Bourdieu e Wacquant (1992),

[...] não podemos captar a dinâmica de um campo senão mediante uma análise sincrônica de sua estrutura e, simultaneamente, não podemos captar esta estrutura sem uma análise histórica, isto é, genética, de sua constituição e das tensões que existem entre as posições em seu seio, assim como entre esse campo e os outros campos e, especialmente, o campo de poder. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 90, tradução nossa).

Assim, pesquisar um campo envolve uma análise sincrônica, ou seja, o olhar sobre um conjunto de fatos que determinam o objeto de estudo. Envolve, também, uma análise diacrônica, isto é, examinar as mudanças que foram ocorrendo no campo ao longo do tempo. O pensar

sobre o real como relacional (BOURDIEU, 1989) demanda compreender o objeto no interior do contexto histórico, político e educacional brasileiro, no âmbito internacional, na interface com outros campos de conhecimento, assim como a partir dos vários aspectos (agentes, instituições) que contribuíram para a estruturação do campo.

Na pesquisa sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional realizada, o conjunto amplo de dados e fontes mapeados constitui em perspectivas de pesquisa ainda a serem aprofundadas, tais como: a análise do conteúdo das publicações do campo (aspectos teórico-metodológicos, epistemológicos<sup>9</sup>, etc.), análise dos programas das disciplinas de Política Educacional (conteúdos, bibliografia, enfoques teóricos, professores, etc.), um olhar sobre os agentes e sujeitos do campo, as suas posições e contribuições, entre outras.

## Referências

Azevedo, J. M. L. e Aguiar, M. A. (2001). “A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 77, pp. 49-70.

Bathmaker, A.-M. (2015). “Thinking with Bourdieu: thinking after Bourdieu. Using ‘field’ to consider in/equalities in the changing field of English higher education”. *Cambridge Journal of Education*, v. 45, n. 1, pp. 61-80.

Bello, I. M., Jacomini, M. A. e Minhoto, M. A. P. (2014). “Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, pp. 369-393.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus.

Bourdieu, P. (2002). *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Tucumán, Capital Federal: Montessor.

Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século.

Bourdieu, P. (2004a). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP.

Bourdieu, P. (2004b). *Coisas ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. 1. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

Bourdieu, P. (2004c). *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva. (Coleção Estudos, 20).

Bourdieu, P. (2005). “O campo econômico”. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 4, n. 6, pp. 15-57.

---

<sup>9</sup> Mais recentemente pesquisadores da ReLePe (Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa) tem se ocupado com os estudos sobre a epistemologia das políticas educacionais e a metapesquisa no campo da política educacional (e.g. Tello e Mainardes, 2012, 2015; Mainardes e Tello, 2016).

- Bourdieu, P. (2011a). “O campo político”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, pp. 193-216.
- Bourdieu, P. (2011b). *Homo academicus*. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Bourdieu, P. e Wacquant, L. J. D. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Catani, A. M. e Azevedo, M. L. N. (2013). “Estudos de políticas de educação em uma perspectiva comparada: uma antecipação crítica de Bourdieu e Passeron”. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, n. 14, pp. 51-61.
- Cunha, K. S. (2016). “Teoria do discurso e conceito de campo: categorias para análise das políticas educacionais”. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 1, n. 2, 2016. (Ahead of Print).
- Flach, S. F. e Masson, G. (2014). “A disciplina de política educacional em cursos de formação de professores”. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 16, n. 33, pp. 205-220.
- Gerrard, J. e Farrell, L. (2013). “‘Peopling’ curriculum policy production: researching educational governance through institutional ethnography and Bourdieuan field analysis”. *Journal of Education Policy*, v. 28, n. 1, pp. 1-20.
- Gómez Campo, V. M. e Tenti Fanfani, E. (1989). *Universidad y profesiones: crisis y alternativas*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.
- Gonçalves, N. G. (2005). “A relação Estado e educação: uma análise da produção acadêmica brasileira (1971-2000)”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 213/214, pp. 21-37.
- Heimans, S. (2012). “Education policy, practice, and power”. *Educational Policy*, v. 26, n. 3, pp. 369-393.
- Hey, A. P. (2008). *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a Educação Superior no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar.
- Inep. (1944a). “Bibliografia pedagógica brasileira (1812-1900)”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 100-123.
- Inep. (1944b). “Bibliografia pedagógica brasileira (1901-1930)”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 281-303.
- Inep. (1944c). “Bibliografia pedagógica brasileira (1931 a 1940)”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, pp. 418-448.
- Inep. (1944d). “Bibliografia pedagógica brasileira (1941 e 1942)”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, pp. 108-133.
- Inep. (1944e). “Bibliografia brasileira de educação: ano de 1943”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, pp. 287-294.
- Inep. (1945). “Bibliografia brasileira de educação: ano de 1944”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, pp. 263-274.

- Ladwig, J. G. (1994). "For whom this reform?: outlining educational policy as a social field". *British Journal of Sociology of Education*, v. 15, n. 3, pp. 341-363.
- Ladwig, J. G. (2014). "Theoretical notes on the sociological analysis of school reform networks". *British Journal of Sociology of Education*, v. 35, n. 3, pp. 371-388.
- Lingard, B. e Rawolle, S. (2004). "Mediatizing educational policy: the journalistic field, science policy, and cross-field effects". *Journal of Education Policy*, v. 19, n. 3, pp. 361-380.
- Lingard, B., Rawolle, S. e Taylor, S. (2005). "Globalizing policy sociology in education: working with Bourdieu". *Journal of Education Policy*, v. 20, n. 6, pp. 759-777.
- Lingard, B., Sellar, S. e Baroutsis, A. (2015). "Researching the habitus of global policy actors in education". *Cambridge Journal of Education*, v. 45, n. 1, pp. 25-42.
- Mainardes, J. (2015). "Reflexiones sobre el objeto de estudio de la política educativa". In: Tello, C. G. (Org.). *Los objetos de estudio de la Política Educativa: hacia una caracterización del campo teórico*. Buenos Aires: Autores de Argentina, pp. 25-42.
- Mainardes, J. (2016a). "A pesquisa sobre política educacional no Brasil: aspectos teórico-epistemológicos". In: XI Reunião Científica Regional da ANPed – ANPED SUL, 2016, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, pp. 1-20.
- Mainardes, J. (2016b). "A produção do conhecimento em política educacional: análise de perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo". In: V Congresso Ibero-Americano e VIII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2016, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG/PUC-Goiás, pp. 1-15.
- Mainardes, J.; Stremel, S.; Rosa, G. L. R. (2017). A pesquisa sobre a disciplina política educacional no Brasil: situação e perspectivas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 33, n. 2.
- Mainardes, J.; Tello, C. (2016). "A pesquisa no campo da política educacional: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração". *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24, n. 75, pp. 1-12.
- Mangez, E.; Hilgers, M. (2012). "The field of knowledge and the policy field in education: PISA and the production of knowledge for policy". *European Educational Research Journal*, v. 11, n. 2, pp. 189-205.
- Marginson, S. (2008). "Global field and global imagining: Bourdieu and worldwide higher education". *British Journal of Sociology of Education*, v. 29, n. 3, pp. 303-315.
- Martins, R. D'A.; Lotta, G. S. (2010). "Capital social e redes sociais como alternativa para análise de políticas públicas de educação: o caso de Icapuí-CE". *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, pp. 846-860.
- Maton, K. (2005). "A question of autonomy: Bourdieu's field approach and higher education policy". *Journal of Education Policy*, v. 20, n. 6, pp. 687-704.
- Ortiz, R. (Org.). (1983). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática.
- Rawolle, S. e Lingard, B. (2008). "The sociology of Pierre Bourdieu and researching education policy". *Journal of Education Policy*, v. 23, n. 6, pp. 729-741.

Rawolle, S. e Lingard, B. (2015). “Bourdieu and doing policy sociology in education”. In: Gulson, K. N., Clarke, M. e Petersen, E. B. (Eds.). *Education policy and contemporary theory: implications for research*. Abingdon, Oxon: Routledge, pp. 15-26.

Sander, B. (2007). “A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção”. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, pp. 421-447.

Sander, B. (2011). “Introdução à história da ANPAE como entidade educacional da sociedade civil”. In: Sander, B. (Org.). *ANPAE – Relatório de Gestão 2006-2011: sonhos e realizações*. Niterói, RJ: Edições ANPAE, pp. 271-285. (Coleção Biblioteca ANPAE, Série Cadernos, n. 12).

Santos, A. L. F. (2008). *A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil*. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Santos, A. L. F. (2009). *A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

Santos, A. L. F. (2014). “Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional”. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 30, n. 1, pp. 161-180.

Santos, A. L. F. e Azevedo, J. M. L. (2009). “A Pós-Graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, pp. 534-550.

Santos, A. L. F. e Azevedo, J. M. L. (2014). “O GT 05 – Estado e Política Educacional – no contexto do Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: um olhar sobre a sua produção”. In: Gomes, A. M. e Leal, T. F. (Orgs.). *Pesquisas em educação nas regiões Norte e Nordeste: balanço e perspectivas*. Recife: Editora UFPE, pp. 67-82.

Saviani, D. (2004). “Breves considerações sobre fontes para a história da educação”. In: Lombardi, J. C. e Nascimento, M. I. M. (Orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, pp. 3-12.

Sossai, F. C. (2016). “Anotações sobre o conceito de campo e os estudos em políticas educacionais”. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 1, n. 2. (Ahead of Print).

Souza, A. R. (2014). “A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando?”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, pp. 355-367.

Stremel, S. (2012). “Fontes para o estudo da constituição do campo da política educacional no Brasil”. In: I Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa, 2012, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero. pp. 1-19.

Stremel, S. (2016). *A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil*. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

Stremel, S. e Mainardes, J. (2013). A constituição do campo da política educacional no Brasil: notas sobre a periodização. In: VII Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, 2013, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, p. 1-15.

- Stremel, S. e Mainardes, J. (2015). “A disciplina Política Educacional em cursos de Pedagogia no Brasil: primeiras aproximações”. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 9, n. 17 e 18, pp. 137-155.
- Suasnábar, C. e Palamidessi, M. (2007). “Notas para una historia del campo de producción de conocimientos sobre educación en la Argentina”. In: Palamidessi, M., Suasnábar, C. e Galarza, D. (Comps.). *Educación, conocimiento y política: Argentina, 1983-2003*. Buenos Aires: Manantial. pp. 39-63.
- Tello, C. (2012). “Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7 n. 1, pp. 53-68.
- Tello, C. e Mainardes, J. (2012). “La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y posestructuralista”. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 20, n. 9, pp. 1-37.
- Tello, C. e Mainardes, J. (2015). “Revistando o enfoque das epistemologias da política educacional”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, pp. 153-178.
- Thomson, P. (2005). “Bringing Bourdieu to policy sociology: codification, misrecognition and exchange value in the UK context”. *Journal of Education Policy*, v. 20, n. 6, pp. 741-758.
- Van Zanten, A. (2005). “Bourdieu as education policy analyst and expert: a rich but ambiguous legacy”. *Journal of Education Policy*, v. 20, n. 6, pp. 671-686.
- Vidal, D. G. e Camargo, M. J. G. (1992). “A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 175, pp. 407-430.
- Weber, S. (2012). “A Rbep e as políticas educacionais”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 234 (número especial), pp. 323-352.
- Wittmann, L. C. e Gracindo, R. V. (Coords.). (2001). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997*. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados.

Artigo recebido em 02/08/2016

Aceito em 04/11/2016

---

**Silvana Stremel**

Doutora em Educação (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Mestre em Educação (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Graduada em Pedagogia (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Professora do Departamento de Educação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

---